

## OS IMPACTOS DOS DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS NA SAÚDE MENTAL

### THE IMPACTS OF SOCIO-ENVIRONMENTAL DISASTERS ON MENTAL HEALTH

### IMPACTOS DE LOS DESASTRES SOCIOAMBIENTALES EN LA SALUD MENTAL



10.56238/IXSevenInternationalMultidisciplinaryCongress-032

**Carlos Vinicius Braga Vieira**

Mestrando em Defesa e Segurança Civil  
Instituição: Universidade Federal Fluminense  
E-mail: cviniciusvinicius6@gmail.com

**Fernando Cordeiro Barbosa**

Orientador do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Defesa e Segurança Civil  
Doutor em Antropologia  
Instituição: Universidade Federal Fluminense  
E-mail: fernandocordeiro@uol.com.br

---

#### RESUMO

Os desastres socioambientais, intensificados pelas mudanças climáticas e pela urbanização desordenada, produzem impactos que vão além das perdas materiais, afetando significativamente a saúde mental das populações atingidas. Este artigo analisa esses impactos ao longo das diferentes fases do ciclo do desastre, com base em revisão bibliográfica de caráter qualitativo. Os resultados indicam a ocorrência de sintomas como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático, frequentemente agravados por fatores como vulnerabilidade social e deslocamento compulsório. Conclui-se que, apesar dos avanços normativos, a dimensão psicossocial ainda é pouco incorporada na gestão de riscos, sendo necessária maior integração entre Defesa Civil, saúde e assistência social para fortalecimento da resiliência comunitária.

**Palavras-chave:** Desastres Socioambientais. Saúde Mental. Vulnerabilidade Social. Gestão de Riscos. Defesa Civil. Resiliência Comunitária. Psicologia dos Desastres.

#### ABSTRACT

Socio-environmental disasters, intensified by climate change and disordered urbanization, produce impacts that go beyond material losses, significantly affecting the mental health of affected populations. This article analyzes these impacts throughout the different phases of the disaster cycle, based on a qualitative literature review. The results indicate the occurrence of symptoms such as anxiety, depression, and post-traumatic stress disorder, frequently aggravated by factors such as social vulnerability and forced displacement. It concludes that, despite normative advances, the psychosocial dimension is still poorly incorporated into risk management, and greater integration between Civil Defense, health, and social assistance is necessary to strengthen community resilience.



**Keywords:** Socio-environmental Disasters. Mental Health. Social Vulnerability. Risk Management. Civil Defense. Community Resilience. Disaster Psychology.

## **RESUMEN**

Los desastres socioambientales, intensificados por el cambio climático y la urbanización desordenada, producen impactos que van más allá de las pérdidas materiales, afectando significativamente la salud mental de las poblaciones afectadas. Este artículo analiza dichos impactos a lo largo de las diferentes fases del ciclo del desastre, a partir de una revisión cualitativa de la literatura. Los resultados indican la aparición de síntomas como ansiedad, depresión y trastorno de estrés postraumático, frecuentemente agravados por factores como la vulnerabilidad social y el desplazamiento forzado. Se concluye que, a pesar de los avances normativos, la dimensión psicosocial aún está poco integrada en la gestión de riesgos, y se requiere una mayor integración entre la Defensa Civil, la salud y la asistencia social para fortalecer la resiliencia comunitaria.

**Palabras clave:** Desastres Socioambientales. Salud Mental. Vulnerabilidad Social. Gestión de Riesgos. Defensa Civil. Resiliencia Comunitaria. Psicología de Desastres.

## 1 INTRODUÇÃO

Os desastres socioambientais constituem fenômenos complexos que resultam da interação entre eventos naturais extremos e vulnerabilidades sociais historicamente construídas. No contexto contemporâneo, marcado pela intensificação das mudanças climáticas e pela expansão urbana desordenada, observa-se o aumento da frequência e da magnitude de eventos hidrometeorológicos, tais como enchentes, deslizamentos, secas prolongadas e ondas de calor. Esses eventos produzem impactos que extrapolam as perdas materiais e estruturais, alcançando dimensões subjetivas profundas, especialmente no campo da saúde mental.

Carvalho e Oliveira (2020) ressaltam que os desastres de origem geoclimática devem ser compreendidos como processos socialmente determinados, nos quais as desigualdades socioespaciais atuam como amplificadoras dos danos. Nesse sentido, o sofrimento psíquico não decorre apenas da exposição ao evento extremo, mas também da precariedade das condições de moradia, da fragilidade das redes de apoio e da insuficiência de políticas públicas estruturantes. A vulnerabilidade social, portanto, constitui elemento central para a compreensão dos impactos psicossociais.

A produção científica nacional em Psicologia dos Desastres tem avançado significativamente nas últimas décadas. Braga (2018) evidencia que o campo passou por expansão teórica e metodológica, consolidando evidências acerca das reações emocionais e comportamentais decorrentes de eventos extremos. Entre os principais agravos identificados destacam-se sintomas de ansiedade, depressão, luto complicado e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), este último amplamente discutido por Reis e Carvalho (2016), que apontam sua prevalência significativa em contextos de desastres naturais.

Além disso, Queirós (2023) amplia a discussão ao abordar o risco de adoecimento psicológico em contextos de catástrofes e pandemias, destacando que situações de crise coletiva produzem desorganização emocional e aumento da sensação de insegurança existencial. Nossa (2019), ao tratar dos paroxismos climáticos, como ondas de calor e eventos extremos correlatos, reforça que as alterações ambientais intensificam quadros de sofrimento psíquico e ansiedade climática, fenômeno cada vez mais observado em populações expostas a recorrentes eventos adversos.

No cenário brasileiro recente, Duarte, Silva e D'Ávila (2025), ao analisarem os efeitos da enchente de 2024 no Sul do país, identificaram repercussões significativas na saúde mental das populações atingidas, evidenciando aumento de sintomas depressivos e ansiosos mesmo após o período emergencial. Tais achados reforçam a necessidade de abordagem longitudinal, que contemple não apenas a resposta imediata, mas também o acompanhamento no período de reconstrução.

Na literatura também há estudos que destacam a importância do apoio psicossocial estruturado durante as fases de resposta e recuperação. Crociari e Domingos (2024), em revisão sistemática, demonstram que intervenções precoces de saúde mental e apoio psicossocial contribuem para redução de sintomas e fortalecimento de estratégias de enfrentamento. Paixão (2024) enfatiza o papel

estratégico do psicólogo no contexto de emergências e desastres, atuando tanto no acolhimento das vítimas quanto na orientação às equipes técnicas. Paralelamente, Vivian, Schoeninger e Trindade (2024) alertam para a ocorrência de fadiga por compaixão entre profissionais envolvidos nas operações de resposta, evidenciando que o impacto emocional dos desastres atinge também aqueles que atuam na linha de frente. Apesar da formação e do acúmulo de experiência desses profissionais, o trauma, segundo Tarares e Barbosa (2014), ocorre especialmente quando não são bem sucedidos em suas ações de salvamento, ficando emocional e psicologicamente abalados. reforçando a necessidade de estratégias específicas de cuidado e suporte psicológico para equipes de resposta a desastres..

Outro aspecto relevante refere-se aos efeitos psicossociais dos deslocamentos compulsórios e processos de realocação. Oliveira (2018) destaca que crianças e adolescentes expostos a desastres apresentam maior vulnerabilidade emocional, sobretudo quando submetidos à ruptura abrupta de seus referenciais territoriais e comunitários. Estudos como o de Brunnet (2016), embora voltados para populações migrantes, oferecem importantes paralelos ao evidenciar elevada prevalência de sintomas de estresse pós-traumático, ansiedade e depressão em contextos de deslocamento forçado.

No campo da gestão pública, a Lei nº 12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), estabelece a responsabilidade dos entes federativos na promoção de ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação diante de desastres. Entretanto, embora a legislação enfatize a intersetorialidade e a proteção integral, observa-se que a saúde mental ainda ocupa posição secundária nos instrumentos municipais de planejamento, como Planos de Contingência e Planos de Redução de Riscos.

Diante desse panorama, torna-se evidente que a gestão de riscos e desastres não pode restringir-se à dimensão física da proteção da vida, devendo incorporar de forma estruturada a dimensão psicossocial. Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar os impactos dos desastres socioambientais na saúde mental da população ao longo de todas as fases do ciclo do desastre, discutindo a necessidade de fortalecimento da atuação municipal na perspectiva da atenção psicossocial e da construção de territórios resilientes.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS E VULNERABILIDADE SOCIAL**

A análise dos impactos dos desastres socioambientais na saúde mental exige, inicialmente, a compreensão de que tais eventos não podem ser interpretados como fenômenos isolados ou meramente naturais. Eles constituem processos complexos, produzidos pela interação entre ameaças ambientais e vulnerabilidades estruturais que se acumulam ao longo do tempo. Carvalho e Oliveira (2020) enfatizam que os desastres de origem geoclimática são socialmente construídos, na medida em que atingem de maneira mais intensa populações situadas em territórios marcados por precariedade habitacional,



ausência de infraestrutura adequada e fragilidade das políticas públicas. Assim, o sofrimento psíquico não decorre exclusivamente do evento extremo, mas do contexto social que condiciona a forma como ele é vivenciado.

## 2.2 MANIFESTAÇÕES PSICOSSOCIAIS E AGRAVOS À SAÚDE MENTAL

Os estudiosos da temática na literatura nacional têm demonstrado que o impacto emocional dos desastres se manifesta de forma multifacetada e progressiva. Braga (2018), ao revisar a produção científica sobre Psicologia dos Desastres, observa que as reações psicológicas podem variar desde respostas adaptativas de estresse agudo até quadros clínicos estruturados, como transtornos de ansiedade, depressão e estresse pós-traumático. Essas reações não se distribuem de maneira homogênea na população; ao contrário, são moduladas por fatores como idade, gênero, histórico prévio de sofrimento psíquico, grau de exposição ao evento e presença — ou ausência — de redes de apoio comunitário.

No momento da ocorrência do desastre, verifica-se uma ruptura abrupta da normalidade cotidiana. A experiência da ameaça iminente à vida produz intensa ativação fisiológica e emocional, caracterizada por medo, desorientação e sensação de perda de controle. Reis e Carvalho (2016) apontam que o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) figura entre os agravos mais frequentemente associados a contextos de desastre, especialmente quando há exposição direta a cenas de morte, destruição ou risco extremo.

## 2.3 ANSIEDADE CLIMÁTICA E PERCEPÇÃO DE RISCO

Entretanto, o impacto psicológico não se restringe aos quadros clínicos formalmente diagnosticáveis. Carvalho e Oliveira (2020) ressaltam que sentimentos difusos de insegurança, medo da recorrência do evento e desconfiança em relação às instituições podem permanecer por longos períodos. Nossa (2019) amplia essa discussão ao introduzir o conceito de paroxismos climáticos, argumentando que a intensificação de eventos extremos produz ansiedade ambiental e sensação de vulnerabilidade permanente, especialmente em contextos de mudanças climáticas.

## 2.4 RESPOSTA EMERGENCIAL E APOIO PSICOSSOCIAL

À medida que a fase aguda do desastre cede espaço à resposta emergencial, novas dimensões psicossociais emergem. O abrigo coletivo, embora essencial para a proteção imediata da vida, impõe desafios relacionados à convivência forçada, à perda de privacidade e à ruptura das rotinas familiares. Crociari e Domingos (2024) demonstram que a ausência de apoio psicossocial estruturado pode favorecer o agravamento de sintomas emocionais.



Por outro lado, intervenções precoces, como os Primeiros Cuidados Psicológicos, têm se mostrado eficazes na redução de sintomas de ansiedade e na promoção de estratégias adaptativas de enfrentamento. Nesse contexto, Paixão (2024) destaca o papel estratégico do psicólogo na mediação dos conflitos e no acolhimento das vítimas.

## 2.5 IMPACTOS NOS PROFISSIONAIS DE RESPOSTA

Contudo, o cenário de desastre impacta igualmente aqueles que atuam na linha de frente. Vivian, Schoeninger e Trindade (2024) discutem a fadiga por compaixão como fenômeno recorrente entre profissionais e voluntários expostos continuamente a situações de sofrimento extremo. A sobrecarga emocional pode resultar em exaustão psicológica, irritabilidade e redução da empatia, evidenciando a necessidade de estratégias institucionais de cuidado também voltadas às equipes de resposta.

## 2.6 DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO E VULNERABILIDADES ASSOCIADAS

Superada a fase emergencial, inicia-se o período de reconstrução e, em muitos casos, de realocação das famílias. A retirada compulsória de moradores, embora necessária, constitui processo psicossocialmente complexo de desterritorialização, marcado pela ruptura de vínculos territoriais e de pertencimentos comunitários.

Oliveira (2018) demonstra que crianças e adolescentes apresentam maior vulnerabilidade emocional nesses contextos, enquanto Brunnet (2016) evidencia a elevada prevalência de sintomas psicológicos em situações de deslocamento forçado. Esses processos ampliam o risco de adoecimento mental e dificultam a reconstrução da vida cotidiana.

## 2.7 RECONSTRUÇÃO, RESTABELECIMENTO E IMPACTOS DE LONGO PRAZO

Ferreira (2017) destaca a importância do acompanhamento psicossocial de médio e longo prazo, ressaltando que a ausência desse suporte contribui para a invisibilização do sofrimento. Queirós (2023) aponta que o período pós-desastre pode intensificar sentimentos de luto, frustração e desesperança.

Duarte, Silva e D'Ávila (2025) reforçam que a instabilidade social e econômica prolongada contribui para manutenção de quadros ansiosos e depressivos, evidenciando que os impactos são cumulativos e interdependentes ao longo do tempo.

## 2.8 GESTÃO PÚBLICA E INTEGRAÇÃO DA SAÚDE MENTAL NA DEFESA CIVIL

No campo normativo, a Lei nº 12.608/2012 estabelece diretrizes para atuação integrada nas diversas fases do desastre. Contudo, a operacionalização da dimensão psicossocial ainda apresenta

fragilidades significativas nos instrumentos municipais de gestão de riscos e desastres. Observa-se, na maioria dos Planos de Contingência, ausência de protocolos específicos voltados aos Primeiros Cuidados Psicológicos, inexistência de fluxos integrados entre Defesa Civil e Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), carência de equipes capacitadas para atendimento em abrigos temporários e insuficiência de estratégias de acompanhamento psicossocial no período pós-desastre. Além disso, os instrumentos de planejamento frequentemente priorizam ações estruturais e operacionais de resposta, relegando a saúde mental a um papel secundário dentro da gestão do desastre.

A incorporação sistemática da saúde mental nos Planos de Contingência, bem como a capacitação das equipes de Defesa Civil, representa medida estratégica para fortalecimento da proteção integral da vida. Nesse sentido, a integração entre Defesa Civil, saúde e assistência social torna-se fundamental para construção de territórios resilientes.

### **3 ANÁLISE E DISCUSSÃO**

A análise da literatura revisada evidencia que os impactos dos desastres socioambientais na saúde mental não podem ser compreendidos como efeitos colaterais secundários, mas como dimensões estruturais do próprio fenômeno do desastre. Conforme ressaltam Carvalho e Oliveira (2020), os desastres de origem geoclimática devem ser interpretados como processos socialmente determinados, nos quais as desigualdades estruturais condicionam tanto a exposição ao risco quanto a capacidade de recuperação. Nesse sentido, o sofrimento psíquico emerge como expressão concreta das vulnerabilidades sociais preexistentes.

A produção científica nacional demonstra que os efeitos psicológicos se manifestam em múltiplos níveis individual, familiar e comunitário. Braga (2018) aponta que a Psicologia dos Desastres tem consolidado evidências acerca da pluralidade das respostas emocionais, destacando que “as reações psicológicas aos desastres variam em intensidade e duração, podendo evoluir para quadros clínicos estruturados quando não há suporte adequado” (BRAGA, 2018). Essa observação reforça a necessidade de intervenções precoces e acompanhamento contínuo.

O Transtorno de Estresse Pós-Traumático figura como um dos agravos mais frequentemente associados aos contextos de desastre. Reis e Carvalho (2016) evidenciam que a exposição direta a eventos potencialmente letais aumenta significativamente a probabilidade de desenvolvimento de TEPT, especialmente quando associada à perda de familiares ou destruição da moradia. As autoras destacam que a prevalência de sintomas pode permanecer elevada meses ou anos após o evento, indicando que o impacto não se limita à fase aguda. Essa constatação questiona modelos de gestão centrados exclusivamente na resposta imediata, evidenciando a necessidade de políticas longitudinalmente estruturadas.

Além do TEPT, a literatura aponta a ocorrência expressiva de sintomas depressivos e ansiosos. Duarte, Silva e D'Ávila (2025), ao analisarem a enchente de 2024 no Sul do Brasil, identificaram que o sofrimento psicológico persistiu mesmo após o retorno parcial à normalidade administrativa. Segundo os autores, “a reconstrução física não corresponde automaticamente à reconstrução emocional” (DUARTE; SILVA; D'ÁVILA, 2025), evidenciando que a recuperação psicossocial exige tempo, acompanhamento e suporte institucional contínuo.

A discussão acerca dos paroxismos climáticos proposta por Nossa (2019) amplia o horizonte analítico ao considerar que a intensificação de eventos extremos contribui para a formação de um estado de ansiedade ambiental permanente. A repetição de enchentes, ondas de calor e deslizamentos produz sensação de imprevisibilidade e fragilidade estrutural, afetando a percepção de segurança coletiva. Esse fenômeno torna-se particularmente relevante em contextos de mudanças climáticas, nos quais a recorrência de eventos extremos tende a aumentar.

No âmbito das intervenções, Crociari e Domingos (2024) demonstram que estratégias estruturadas de apoio psicossocial reduzem significativamente sintomas de ansiedade e depressão. As autoras destacam que intervenções precoces favorecem o fortalecimento de mecanismos adaptativos, prevenindo a evolução para quadros crônicos. Tal evidência reforça a necessidade de que os municípios integrem protocolos de Primeiros Cuidados Psicológicos aos seus Planos de Contingência.

A atuação profissional também se revela elemento central na discussão. Paixão (2024) enfatiza que o psicólogo, no contexto de emergências, atua como mediador entre o sofrimento individual e a organização institucional da resposta. Segundo a autora, a presença de profissionais capacitados contribui para organização emocional dos abrigos e redução de conflitos interpessoais. Contudo, Vivian, Schoeninger e Trindade (2024) alertam que a exposição contínua dos profissionais a cenários traumáticos pode resultar em fadiga por compaixão, caracterizada por exaustão emocional e diminuição da capacidade empática.

Essa constatação indica que políticas de cuidado institucional de ordem psicológica devem contemplar não apenas as vítimas, mas também as equipes técnicas. Tavares e Barbosa (2014, p. 28-29), nesse sentido, argumentam:

“A dimensão humana nos lembra de que quem socorre, salva, cuida, protege também precisa ser socorrido em suas dores, salvo de seus traumas, cuidado e protegido de suas emoções mais intensas. Porque heróis, como são considerados, também amam, sofrem e sentem medos. Isso possibilita reflexão sobre o papel de cada um no desenrolar dos acontecimentos que acontecem nas calamidades.”

A reflexão apresentada pelos autores evidencia que os impactos emocionais dos desastres não atingem apenas as vítimas diretamente afetadas, mas também os profissionais envolvidos nas

operações de resposta, reforçando a necessidade de estratégias institucionais permanentes de cuidado psicológico às equipes operacionais.

A realocação compulsória constitui outro eixo crítico da análise. Oliveira (2018) demonstra que crianças e adolescentes submetidos ao deslocamento apresentam maior vulnerabilidade emocional, especialmente quando há ruptura abrupta de vínculos escolares e comunitários. A autora argumenta que a ausência de estratégias psicossociais específicas para o público infantojuvenil pode comprometer o desenvolvimento emocional a longo prazo. Essa dimensão exige planejamento intersetorial envolvendo educação, saúde e assistência social.

Brunnet (2016), ao estudar imigrantes haitianos, identificou prevalência significativa de sintomas de estresse pós-traumático, depressão e ansiedade em contextos de deslocamento forçado. Embora o estudo se concentre em migração internacional, os paralelos com deslocamentos internos decorrentes de desastres são evidentes. A experiência de desenraizamento, associada à insegurança econômica e social, configura fator de risco relevante para adoecimento psíquico.

Ferreira (2017), em estudo etnográfico sobre gestão da saúde mental em emergências, ressalta que a ausência de acompanhamento prolongado tende a invisibilizar o sofrimento, especialmente em comunidades reassentadas. A autora defende que a gestão psicossocial deve integrar as políticas de reconstrução urbana, evitando fragmentação entre infraestrutura e cuidado emocional.

A partir desse conjunto de evidências, torna-se possível afirmar que os impactos psicossociais dos desastres são cumulativos e interdependentes. O trauma inicial pode ser potencializado por processos subsequentes de deslocamento, insegurança habitacional e fragilidade institucional. Queirós (2023) argumenta que, em contextos de catástrofes, “o risco de adoecimento psicológico se prolonga no tempo, especialmente quando não há suporte estruturado e contínuo”. Essa observação reforça a necessidade de políticas públicas que transcendam a lógica emergencial.

No campo normativo, a Lei nº 12.608/2012 estabelece a responsabilidade municipal na execução de ações integradas de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Contudo, a literatura analisada sugere que a operacionalização concreta da dimensão psicossocial ainda apresenta lacunas significativas. A ausência de protocolos específicos nos Planos Municipais de Contingência evidencia a necessidade de fortalecimento institucional.

Dessa forma, a análise crítica aponta que a saúde mental deve ser incorporada como eixo estruturante da gestão de riscos e desastres. A integração entre Defesa Civil, Rede de Atenção Psicossocial do SUS e Assistência Social representa estratégia fundamental para promoção da resiliência comunitária. A construção de territórios resilientes não se limita à reconstrução física, mas depende do fortalecimento dos vínculos sociais e da capacidade coletiva de enfrentamento.

Em síntese, a robustez das evidências científicas analisadas indica que a dimensão psicossocial constitui elemento central para compreensão dos desastres socioambientais. Ignorá-la implica reduzir



a complexidade do fenômeno e comprometer a efetividade das políticas públicas de proteção e defesa civil

#### **4 CONCLUSÃO**

Os desastres socioambientais vêm assumindo papel cada vez mais relevante no cenário contemporâneo, especialmente diante da intensificação dos eventos extremos associados às mudanças climáticas e da persistência de vulnerabilidades sociais historicamente construídas. Nesse contexto, torna-se evidente que os impactos produzidos pelos desastres ultrapassam as perdas materiais e estruturais, atingindo profundamente as dimensões emocionais, sociais e subjetivas das populações afetadas.

A análise realizada demonstra que o sofrimento psíquico associado aos desastres manifesta-se de forma dinâmica e prolongada, podendo comprometer significativamente a qualidade de vida, os vínculos comunitários e a capacidade de recuperação individual e coletiva. Medo, insegurança, ansiedade, luto, perda do sentimento de pertencimento e ruptura das relações territoriais constituem elementos recorrentes nos processos de adoecimento mental observados após eventos extremos.

Observa-se ainda que determinados grupos sociais apresentam maior vulnerabilidade psicossocial, especialmente populações residentes em áreas de risco, famílias em situação de pobreza, crianças, idosos e indivíduos submetidos a deslocamentos compulsórios. A precariedade das condições urbanas, a fragilidade das políticas habitacionais e a insuficiência das redes de proteção social contribuem para potencializar os impactos emocionais e dificultar os processos de reconstrução da vida cotidiana.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de fortalecimento institucional da dimensão psicossocial dentro da gestão de riscos e desastres. Embora o Brasil possua avanços normativos importantes na área de proteção e defesa civil, ainda se observa baixa integração entre os setores responsáveis pela saúde mental, assistência social e gestão de emergências. Em muitos municípios, os instrumentos de planejamento permanecem excessivamente voltados à resposta operacional imediata, sem contemplar adequadamente ações continuadas de acolhimento e acompanhamento psicossocial.

Além disso, torna-se necessário ampliar os investimentos em capacitação técnica das equipes de resposta, desenvolvimento de protocolos específicos para atendimento psicossocial em desastres e fortalecimento das estratégias comunitárias de resiliência. A construção de territórios mais seguros depende não apenas da redução dos riscos físicos, mas também da capacidade das comunidades de enfrentar emocionalmente os impactos decorrentes dos eventos extremos.

Dessa forma, a incorporação efetiva da saúde mental nas políticas públicas de proteção e defesa civil representa medida essencial para promoção da dignidade humana, fortalecimento da proteção



integral da população e consolidação de uma gestão de desastres mais humanizada, preventiva e socialmente integrada.

## REFERÊNCIAS

- BRAGA, A. P. A. Produção científica sobre psicologia dos desastres: uma revisão da literatura nacional. *Estudos de Psicologia*, 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/73744067/a09v23n2.pdf>
- BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 11 abr. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 fev. 2026.
- BRUNET, A. E. Prevalência e fatores associados a sintomas de estresse pós-traumático, depressão e ansiedade em imigrantes haitianos no Rio Grande do Sul. 2016. Tese (Doutorado) – PUCRS, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9014/1/000480493-Texto+Parcial-0.pdf>
- CARVALHO, M. M.; OLIVEIRA, S. S. Aspectos psicossociais em desastres socioambientais de origem geoclimática: uma revisão integrativa da literatura. *Saúde em Debate*, v. 44, n. esp. 2, p. 334–352, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2020.v44nspe2/334-352/>
- CROCIARI, G. M.; DOMINGOS, N. A. M. Intervenções de saúde mental e apoio psicossocial em resposta a desastres: revisão sistemática. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, v. 20, 2024. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtc/v20/1808-5687-rbtc-20-e20240460.pdf>
- DUARTE, M. L. C.; SILVA, D. G.; D'ÁVILA, A. P. Reflexões acerca da saúde mental a partir da enchente de 2024 no Sul do Brasil. *Revista de Enfermagem da UFSM*, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/88634>
- FERREIRA, B. C. L. Gestão da saúde mental em emergências e desastres: estudo etnográfico na Hungria. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2017. Disponível em: [https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/6442/1/DM\\_Bruna%20Ferreira.pdf](https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/6442/1/DM_Bruna%20Ferreira.pdf)
- NOSSA, P. Paroxismos climáticos: ondas de calor e eventos correlativos, impactes em saúde mental. In: *Mudanças Ambientais, Desastres e Vulnerabilidade Social*. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Eduardo-Werneck-Ribeiro-2/publication/335700938>
- OLIVEIRA, D. R. Crianças em situações de riscos e desastres: atenção psicossocial, saúde mental e direitos humanos. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-04092018-103504/publico/oliveira\\_do.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-04092018-103504/publico/oliveira_do.pdf)
- PAIXÃO, T. B. Principais contribuições do psicólogo no contexto de emergências e desastres. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, 2024. Disponível em: <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/2762>
- QUEIRÓS, C. Saúde mental nas pandemias e catástrofes: o risco de adoecer psicológico. Porto: Universidade do Porto, 2023. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/150525/2/631644.pdf>
- REIS, A. M.; CARVALHO, L. F. Produção científica sobre o transtorno de estresse pós-traumático no contexto de desastres. *Avaliação Psicológica*, v. 15, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3350/335047428013.pdf>



TAVARES, Luana Marcia Baptista; BARBOSA, Fernando Cordeiro. Reflexões sobre a emoção do medo e suas implicações nas ações de defesa civil. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 17-34, out./dez. 2014. Disponível em: SciELO – Ambiente & Sociedade. Acesso em: 01 de maio 2026.

VIVIAN, C.; SCHOENINGER, M. D.; TRINDADE, L. L. Fadiga por compaixão e situações de desastres: uma revisão narrativa. *PSI UNISC*, v. 8, 2024. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/psi/article/view/19634>